

Trabalho, não-trabalho, desemprego: problemas na formação do sujeito

Gaudêncio Frigotto*

1 — A exposição que faço neste seminário parte do conhecimento relativo das temáticas e perspectiva teórica dominante dos diferentes trabalhos que se articulam ao projeto mais geral de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Werner Market. Percebo nesta iniciativa algo fecundo que merece ser incentivado. Também tenho presente as últimas quatro dezenas de dissertações ou teses que examinei nos últimos cinco anos e que discutem aspectos da temática geral deste debate.

Partindo deste *chão* e com a devida compreensão de que o senso crítico é condição necessária à produção acadêmica para que a mesma possa se transformar em efetiva *força material*, minha intenção, nesta breve exposição, é delinear alguns pressupostos e algumas questões que nos possibilitem continuar a aprofundar o debate sobre a temática exposta. Debate que ao meu ver vem *ofuscado* por uma espécie de perda de horizonte teórico e ideológico-político no campo da esquerda. Esta perda situa-se na dificuldade que temos de saturar de historicidade as categorias: trabalho humano, sujeito ou indivíduo social e classe social.

De um lado surgem as posturas mecanicistas, niilistas e escatológicas, do tipo das teses de Kurz (1992), que eliminam os sujeitos

sociais, classes e grupos sociais da história e em seu lugar coloca-se a “razão sensível”. Como nos alerta Francisco de Oliveira (1993), os humanos não contam. Cai-se, para além do pessimismo que tem uma tensão crítica, em um irracionalismo idealista e uma história sem saída (um fim da história pela esquerda).

Num terreno mais fértil e rico em contribuições, mas problemático face às categorias acima, é a reconstituição do materialismo histórico proposto por Habermas e que se centra na tese de que *Marx se equivocara ao atribuir uma primazia fundamental à produção material, na sua definição da humanidade como espécie e na sua evolução como história*” (ANDERSON, 1985, p.70).

Pery Anderson (1985) observa sucessivos deslocamentos do corpo teórico de Habermas, para contestar a primazia da produção material, partindo da noção inicialmente de *interação social* em contraposição à economia, desloca-se para a centralidade da *comunicação, esta cada mais identificada com a linguagem*.

O terceiro estágio foi então atribuir a primazia total das funções comunicativas sobre as produtivas, na definição da humanidade e desenvolvimento histórico: ou seja, nos termos de Habermas, da “*linguagem*” sobre o “*trabalho*” afirmando que “o que nos destaca da natureza é a única coisa cuja natureza podemos conhecer; a linguagem

(ANDERSON, 1985, p.71)

Por fim, mas não finalmente, gostaria de destacar que o não enfrentamento da busca de alçar as categorias trabalho, sujeito social, classe social à saturação da pesquisa histórica tem conduzido as análises, naquilo que Anderson situa como viés do marxismo ocidental — caiu-se na armadilha estruturalista da análise do discurso ou naquilo que Marilena Chauí situa como pós-modernismo e subjetivismo, que se expressa pelas posturas do “localismo, particularismo e no subjetivismo narcísico, em contraposição às determinações estruturais, às esferas de universalidade e de objetividade histórica, estruturas de poder, etc. (CHAUI, 1993).

No plano teórico acabamos nos enredamento no pântano ou teses das posturas neoconservadoras como a perspectiva apologética

de Toffler, que postula que a *sociedade do trabalho* está suplantada e entramos no reino da *sociedade do conhecimento* — fim das classes, do proletariado e o surgimento do *cognitariado*.

No plano político-ideológico, ofuscou-se o embate da luta hegemônica capital-trabalho. Na análise de R. Willians (1980), as utopias orgânicas e ideologias orgânicas (GRAMSCI, 1978) cedem lugar à atopia, ao comunitarismo (religioso ou laico), ou a um desenfreado individualismo.

2 — Para as categorias propostas neste debate, penso que o convite enfático que o velho liberal Norberto Bobbio (1992) nos faz, *Invito a rillegere a Marx* no último número da *Revista Teoria e Política* (revista italiana), toda ela dedicada à releitura de Marx, é teórica e politicamente salutar e necessário em tempos da cólera do neoconservadorismo, que vem sob as vestes do neoliberalismo e do pós-modernismo, sem que a modernidade tenha se realizado. Em termos marxianos, a pós-modernidade só pode se denominar socialismo (com democracia, sem o que não é socialismo).

Creio, neste particular, que a advertência de Paola Manacorda, ao debater a crise do trabalho neste final de século, é também crucial: *“Os referenciais se tornam velhos quando não têm mais capacidade explicativa e não porque esses se enfrentam com problemas* (MANACORDA, 1984).

Para situar corretamente a análise da crise profunda e mudanças cruciais deste final de século no *mundo do trabalho e natureza do não trabalho*, o significado do desemprego e do tempo “livre” e a questão da formação do sujeito no interior das relações sociais capitalistas, é crucial ter presente o pressuposto histórico e teórico de que é necessário distinguir as *mudanças orgânicas, que conduzem à ruptura destas relações sociais, das mudanças que, embora alterem profundamente estas relações, não mudam sua natureza*.

Dentro desta compreensão parece-me que há um conjunto de questões que merecem ser retrabalhadas com cuidado.

a) Estaria superada e/ou de fato equivocada a compreensão de

Marx de atribuir uma primazia à produção material, ao trabalho na definição da humanidade como espécie e na sua evolução como história?

- b) Com esta superação a produção do sujeito humano teria se desmaterializado e sua subjetividade resultaria do plano superestrutural da linguagem?
- c) A mudança do conteúdo do trabalho do seu caráter predominantemente manual para o trabalho intelectual, abstrato e o deslocamento fantástico do trabalho produtivo do setor primário e secundário industrial para os serviços (trabalho improdutivo, MARX, 1975) elidiria a questão das classes fundamentais e, portanto, estaria superada a questão da mais valia e o tempo livre seria indicativo de que atingimos o *mundo laudens* de que nos fala Adam Schaff? Que qualidade de tempo livre é o tempo de milhões de trabalhadores vítimas do desemprego estrutural ou do emprego precário que atinge o mundo todo e de forma crescente o primeiro mundo? (THERBORN, 1988).
- d) A formação humana — abstrata, polivalente, posta como tendência da nova base técnica do processo produtivo e que leva os *homens de negócio* a descobrirem não mais o valor do *mono domesticável* mas do homem intelectualizado, com capacidade de abstração e participativo, indicaria finalmente que o capital se humanizou ou é apenas expressão das contradições que o capital enfrentou — que o constituem parcialmente civilizatório — e que, tal como nos mostra Gramsci em relação ao Fordismo, agora o pós-fordismo exige *fabricar, produzir, formar, educar* os trabalhadores que necessita para um processo de trabalho que lhes exige pouco ou nada das mãos e muito da cabeça?

Creio que hoje não temos dificuldade de entender que o tipo de formação profissional, que se desenvolveu historicamente no Brasil dos anos 40 para cá pelo SENAI, e SENAC, paradoxalmente, por ter que ser eficiente para o processo capitalista de produção, se constitui num avanço, mesmo sob a dimensão política, em relação aos excluídos da escola pública, nos primeiros meses ou anos de

escolaridade, ou que se amontoam em salas sem condições mínimas de ensino e de desenvolvimento de processos educativos.

Da mesma forma, podemos afirmar que a formação dogmática, doutrinária, escolástica dos internatos e seminários dos anos 50 e 60, no Brasil, não só se constituía nas única forma de travessia da condição de *colonus* para o mundo intelectual, para centena de jovens do campo, como significava um modo superior de vida humana. Mesmo sob o ponto de vista da religião, esta formação era mais avançada, menos acabrunhante que a religião reificadora do ser colono.

Mas isto significa dizer que estas formas educativas são as mais avançadas possíveis ou que são as possíveis dentro de determinadas relações sociais opacas? Deveríamos aceitá-las como dadas? Por outro lado, a formação abstrata, polivalente, reclamada pelos homens de negócio, seria o limite possível de formação humana?

Também parece-nos claro que a crise que o capital enfrenta hoje expõe contradições, que, no plano da luta hegemônica, indicam-nos que as soluções que necessita no plano da formação humana lhes impõem limites e riscos mais cruciais e cuja solução aparente da volta às leis do mercado é uma ótica que banaliza a natureza da crise, mas não a resolve.

A superação, pelo que podemos perceber, ou exarcerba a exclusão e a violência (nova regionalização do mundo), ou exige formas sociais que transcendam a revolução tecnológica, sob as relações sociais capitalistas e implica revolucionar estas relações sociais.

É nestes termos que leio com atenção o balanço que Eric Hobsbawm faz da crise do socialismo real ou socialismo realmente existente (HOBSBAWM, 1992). Indica-nos que o capitalismo incorporou várias teses do socialismo, mas que seus limites cruciais e orgânicos permanecem: o centro é o capital e não as necessidades humanas coletivas. Falar em capitalismo e mercado capitalista é falar de exclusão e destruição de meios de vida.

Por isto, conclui este velho historiador, em *Renascendo das*

Cinzas, o socialismo continua no programa 150 anos depois do *Manifesto* escrito por Marx e Engels.

3 — Mas em que sentido o trabalho, as relações econômicas são relações fundantes da compreensão do ser humano histórico, do sujeito social histórico e como apreender o locus da luta de classes dentro de um processo histórico onde, quanto mais o capitalismo se desenvolve, menos visível se apresentam as classes sociais fundamentais?

Nesta exposição limito-me a situar a compreensão das categorias enunciadas no início desta minha intervenção e a demarcar que os problemas que enfrentam não justificam o seu abandono. Se o debate permitir, poderemos concretizar mais estas questões a nível histórico-empírico. De qualquer modo, a literatura sobre este debate e na direção que aponto, é bastante grande. A síntese que faço deste debate está escrita na tese que submeti para o concurso de professor titular na Universidade Federal Fluminense cujo título é: *Trabalho e Educação face à Crise do Capitalismo: Ajuste neoconservador e Alternativa Democrática*. Nesta tese são trabalhados dados empíricos que nos permitem qualificar as questões aqui debatidas (FRIGOTTO, 1994).

O trabalho e as relações materiais de produção social da existência, independente da forma histórica que assumem, são fundantes da especificidade humana, na medida em que é pelo trabalho que a espécie humana se produz (MARX, 1964; LUKÁCS, 1970). O sujeito humano se contrapõe e se afirma como sujeito, num movimento realizado para dominar a realidade objetiva: modifica o mundo e se modifica a si mesmo. Produz objetos e, paralelamente, altera sua própria maneira de estar na realidade objetiva e de percebê-la. E — o que é fundamental — faz a sua própria história. “Toda a chamada história mundial” — assegura Marx — “não é senão a produção do homem pelo trabalho humano” (KONDER, 1992, p.105).

Essa apreensão do trabalho não se reduz, como analisa Kosik, à representação cotidiana e à sistematização sociológica dos processos de trabalho, da operação de trabalho, dos diversos tipos de

trabalho etc.

O trabalho, na sua essência e generalidade, não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que, de retorno, exerce uma influência sobre a sua psique, o seu hábito e o seu pensamento, isto é, sobre esferas parciais do ser humano. O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade.

(KOSIK, 1968)

É dentro desta compreensão que a concepção de sujeito humano em Marx (1964) e, posteriormente, de forma ainda mais desenvolvida em Gramsci, é entendida não sobretudo como sujeito individual, mas resultado de um processo histórico, de relações sociais concretas.

Nesta perspectiva, a questão não é o que é o homem, o sujeito — esta é uma concepção escolástica e metafísica — mas como se produz o homem e o sujeito social histórico. O processo de produção do homem, enquanto sujeito histórico e social, resulta da unidade de três elementos fundamentais e diversos: natureza, indivíduo e relação social, sendo que o primeiro e o segundo estão subordinados concretamente ao terceiro, que é o determinante. Ou seja, a natureza e a individualidade são tecidas pela materialidade concreta do conjunto de relações sociais historicamente possíveis.

Pensar um sujeito humano fora das relações sociais ou separar o mundo da necessidade do mundo da liberdade, do trabalho e do não trabalho, é inscrever-se numa compreensão idealista de sujeito humano.

Como nos demonstra, uma vez mais, Kosik, não existe uma divisão arbitrária entre mundo da necessidade (plano da reprodução material do homem — resolvido pelo trabalho) e mundo da liberdade (espaço de criação propriamente humana — desenvolvido no plano da arte).

A divisão do agir humano em trabalho (esfera da necessidade) e arte (esfera da liberdade) capta a problemática

do trabalho e do não trabalho apenas aproximadamente e apenas sob certos aspectos. Esta distinção parte de uma determinada forma histórica do trabalho como de um pressuposto não analisado e, portanto, aceito acriticamente, sobre cujo fundamento se petrificou a divisão do trabalho surgida historicamente, em trabalho físico-material e trabalho espiritual. Nesta distinção fica oculta uma ulterior característica essencial da especificidade do trabalho como agir humano que não abandona a esfera da necessidade, mas, ao mesmo tempo a supera, e cria nela os reais pressupostos da liberdade. A representação do tempo livre como férias organizadas é absolutamente estranha a Marx. É claro que a criação de um tempo livre como dimensão qualitativamente nova da vida humana se conjuga com a criação de uma sociedade livre.

(KOSIK, 1968, p.188)

Esta perspectiva nos permite perceber, primeiramente, porque as necessidades humanas não são finitas. O trabalho, enquanto provimento do mundo da necessidade e da liberdade, não pode ser finito. A forma histórica que assume é um problema antidiluviano, dirá Marx, e que tem que ser apreendida. Indica-nos, por outro lado, que sob as relações capitalistas, a liberação de tempo livre não significa *mundo laudens*, mundo de liberdade.

A realidade do desemprego estrutural determina, perversamente, que o trabalhador lute para tornar-se empregado. A venda de sua força de trabalho, sob a forma de mercadoria, é menos dramática que o desemprego ou subemprego.

O tempo livre, ao contrário de se constituir em mundo de liberdade, de fruição, do lúdico, um novo “modo de vida”, torna-se tempo escravizado, tormento do desemprego e subemprego.

A analogia que poderíamos fazer é de que a libertação dos escravos, em nosso caso com imenso retardamento, que se colocou como condição de implantação das relações capitalistas de produção e como elemento ideológico importante para justificar a legalidade capitalista, sob o capitalismo não significou efetivamente uma libertação. Em certas circunstância o “liberto”, tanto pelas condições objetivas da nova relação de trabalho marcada pela cultura escravocrata e acrescida da legalidade capitalista e pelas condições

subjetivas do próprio escravo, caiu numa situação pior que a de escravo, pelo menos na perspectiva de sua reprodução material. No Brasil produziu-se toda uma legislação de violência legal sobre o “liberto”, mediante a lei de Terras que vedava acesso à propriedade rural aos “libertos” e mediante a “lei da vadiagem”.

Na moderna sociedade das mercadorias, sob a égide do capital financeiro, da tecnologia flexível, das máquinas inteligentes, da robótica e do fantástico campo da microeletrônica, microbiologia, engenharia genética e novas fontes de energia, a liberação do homem da máquina que o embrutece — e, portanto, tecnologia que tem a virtualidade de liberar o homem para um tempo maior para o mundo da liberdade, da criação, do lúdico, paradoxalmente, sob a sociedade de classes, o esteriliza, escraviza e o subjuga mediante o emprego precário e desemprego estrutural.

Isto nos indica também que *per se* a automação e a nova “revolução tecnológica” não acabam com os trabalhos desqualificados, repetitivos e nocivos. Não existem trabalhos nocivos e repetitivos por si. O que determina este caráter são as relações sociais e não a natureza em si do trabalho definida uma vez para sempre. A utopia é, justamente, romper com a perspectiva utilitarista e da forma valor determinadas pelas relações sociais capitalistas.

Percebemos, então, que o fato da crescente opacidade e, portanto, dificuldade de apreendermos as classes sociais na sociedade contemporânea, não nos permite pura e simplesmente anunciar o fim da sociedade de classes.

As classes sociais fundamentais não são um dado que possa se dissolver por si mesmo. Originam-se de um processo histórico, de uma relação social. Neste sentido, não se pode confundir as mudanças das formas de sociabilidade capitalista, isto é, dos mecanismos históricos, dos novos atores e as diferentes formas e estratégias de refuncionamento do capitalismo face às suas crises, e das formas que assumem as classes sociais, com o desaparecimento efetivo das relações capitalistas, e, portanto, das classes sociais fundamentais.

A opacidade da divisão e das relações entre as classes é contemporaneamente de tal densidade que o trabalho teórico de dar-lhes transparência caminha no sentido inverso do movimento da história do capitalismo. No sentido de que enquanto o sistema capitalista se afirma sistematicamente enquanto tal, borrando ou anulando ou ainda subordinando as formas que o precederam, sendo portanto mais transparente o caráter do sistema em si mesmo, o movimento das classes vai em sentido inverso, isto é, torna-se mais complexo e difícil re-conhecer, enfim, o perfil das classes sociais. menos que uma simples assimetria ou assincronia, paradoxal ou geométrica, dos dois movimentos, que permitisse suas decodificações parcializadas, trata-se do contrário: é um movimento de unidade dos contrários.

(OLIVEIRA, 1988, p.10)

Para este mesmo autor, a luta contra-hegemônica, que pressupõe a ampliação e democratização da esfera pública, controle e manejo do fundo público, indica que, longe da desapareição das classes sociais, estas constituem-se em expressões coletivas e sujeitos da história.

Por certo também permanece atual a conclusão de Marx que sob a sociedade de classes o humano se perde. Do mesmo modo, a formação e emancipação do sujeito humano atrofia-se, esteriliza-se por desenvolver-se na ótica do capital, do mercado e não da produção de valores de uso para satisfazer necessidades humanas.

Ao utilizarem os conceitos de formação humana unilateral, politécnica (Marx e Engels) e unitária e industrial (de novo tipo) (Gramsci), penso demarcam o horizonte, no plano da formação do sujeito, que transcenda a formação unidimensional imposta sob as relações de classe. Esta superação, todavia, somente se dará na medida em que estas relações forem sendo superadas no plano da produção social da existência no seu conjunto.

Esta luta, contraditoriamente, implica trabalhar de dentro das contradições do próprio capitalismo na sua virtualidade e negatividade. Diria Marx, "*são demônios que somente podemos vencê-los submetendo-nos a eles*".

Gaudêncio Frigotto
Professor Titular na disciplina de Economia
Política da Educação, Faculdade de
Educação da UFF, Doutor em Educação pela
PUC/SP.

Nota

- * Seminário promovido pelo Programa de Doutorado da UFRJ, desenvolvido em junho de 1994, coordenado pelo Prof. Werner Market.

Resumo

As idéias enfocadas a seguir resultam de um longo processo de leituras, pesquisas, exposições, debates e da participação em quase duas centenas de bancas de dissertações e teses, bem como de idéias que estão desenvolvidas, de forma aprofundada, na tese apresentada como requisito para o concurso para professor titular junto à UFF/RJ.

A intenção aqui é delinear alguns pressupostos e levantar algumas questões que possibilitem continuar o aprofundamento do debate sobre a questão do trabalho e sua relação com a educação/formação, no contexto específico do modo de produção capitalista.

Referências bibliográficas

- ALLIEZ, H. Estilhaços do capital. In: *Contratempo — Ensaio sobre algumas metamorfoses do capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- ANDERSON, P. *A crise da crise do Marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CHAUÍ, M. A Universidade diante da vocação científica e da vocação política. Rio de Janeiro, *Boletim da ABEA*, abril de 1993.

CHOMSKI, N. Os novos senhores do mundo. São Paulo, Folha de São Paulo, Caderno 6, 25.04.1993. p.18.

FRIGOTTO, G. Trabalho e educação face à crise do capitalismo: ajustes neoconservador e alternativa democrática. Rio de Janeiro: UFF. Tese de Professor Titular, 1994.

GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

HOBBSBAWM, E. Adeus a tudo aquilo. In: BLACBURN, R. op. cit., p.93-106.

_____. Renascendo das cinzas. In: BLACBURN, R. op. cit., p.255-270.

KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KURZ, R. O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

LUKACS, G. Ontologia do ser social. São Paulo: Ciências Humanas, 1970.

MANACORDA, P. Lavoro e intelligenza nella età microelettronica. Milano: Presenze/Feltrinelli, 1984.

MARX, K. Capítulo inédito de O Capital. Porto, Publ. Escorpião, 1975.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. Lisboa: Ed. 70, 1964.

OLIVEIRA, F. de. O surgimento do antivalor. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, nº 22, out. 1988, p.8-28.

_____. De novo o apocalipse ou a inutilidade de (o) ser humano. Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.36, jul. 1993.

THERBORN, G. Por que en algunos países hay más paro que en otros? Valência, España: Ed. Afons el Magnanim, 1988.

WILLIANS, R. Hacia los años 2.000. Barcelona: Grijalbo, 1984.